

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

A solução é política

Um aporte de US\$ 600 milhões feito ao Brasil pelos bancos credores repõe em cena expectativas favoráveis para a administração da dívida externa. A retomada dos fluxos financeiros, interrompidos desde o final de 1988, sucede ao pagamento de parcelas avalizadas pela União da ordem de US\$ 500 milhões, de modo que a operação tem sentido apenas simbólico. Mas é exatamente esse efeito o que, nas presentes circunstâncias, importa ao Brasil, na formulação de novas diretrizes para o encaminhamento das questões financeiras externas.

Os recursos agora liberados, correspondentes à penúltima parte de um empréstimo total de US\$ 5,2 bilhões, acordado em setembro do ano passado, deveriam ter ingressado no País em dezembro. Os banqueiros, contudo, viram no descumprimento de algumas metas do programa de estabilização motivo suficiente para embargar a transferência. O reajusteamento de posições parece decorrer não só da atualização das pendências brasileiras, mas, principalmente, das inspirações colaboracionistas sugeridas pela divulgação do chamado Plano Brady.

No que diz respeito, portanto, à oxigenação do ambiente para o advento de novos critérios, capazes de conduzir o problema da dívida externa a um tratamento compatível com as dificuldades do Brasil, cer-

tamente o restabelecimento dos fluxos financeiros constitui contribuição positiva. Está longe, porém, de significar ação decisiva para solução substancial do conflito que, há décadas, perturba a vida econômica nacional, como de resto a dos países na mesma situação.

A parte os ângulos técnicos relativos à formação de ativos e passivos, ao valor dos resgates e aos saldos pendentes, sujeitos todos às mais graves suspeitas, a questão é hoje de caráter nitidamente político. O próprio presidente americano, George Bush, deu-lhe essa dimensão, anteriormente projetada no recinto da Assembléia Geral da ONU, em 1985, pelo presidente Sarney.

De fato, a permanecer a ortodoxia no cumprimento das obrigações financeiras pactuadas, entre as quais figura a cláusula leonina da estimação dos juros pelos credores, as nações em débito serão inexoravelmente levadas à ruína e, obviamente, à convulsão político-social. Aí está vivo o exemplo da Venezuela, recentemente sacudida por violentos conflitos de rua, com duzentos mortos, em razão de protestos contra a política ditada pelo FMI para garantir a viabilidade financeira dos compromissos assumidos pelo país. Empréstimos são importantes, mas é essencial uma reavaliação contábil capaz de reduzir significativamente os estoques da dívida e estabelecer prazos e critérios de resgate mais justos. Paliativos ajudam, mas não resolvem.